Ata nº 18 (dezoito) da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Rio Vermelho/MG. No dia 07 (sete) do mês de novembro de dois mil e vinte três, no salão do Plenário da Câmara Municipal de Rio Vermelho, situado à Rua João Antônio Carvalhais, nº 351, Centro, neste Município de Rio Vermelho, sob a Presidência do Vereador José Felipe Martins, reuniram-se os Vereadores para mais uma reunião ordinária da corrente sessão legislativa. Nos termos do artigo 140 a 142 do Regimento Interno, em nome de Deus, o Presidente declarou aberta a reunião, constando em livro próprio a presença e assinatura dos seguintes Vereadores: Claudomiro Alves da Silva, Daniel Francisco de Souza, Dilton Antônio Simão, Darci Vaz do Nascimento, Jairo Claudino de Souza Câmara Filho, Lourdes Aparecida de Jesus Lomba, Marcone Aparecido Ferreira dos Santos e Maria Aparecida Alves da Silva. Em seguida, a ata da reunião anterior foi lida e aprovada com 6 (seis) votos. Foi solicitada pela vereadora Maria Aparecida Alves que fosse feita a retificação na fala do prefeito onde não constou o trecho que ele cita as parcelas que foram quitadas, e disse que uma não havia sido quitada e o valor era R$500,00 que depois ela passasse lá para acertar. Neste instante a palavra foi cedida aos vereadores para manifestação sobre assuntos de interesse público. Com a palavra o vereador Jairo Claudino de Souza Câmara Filho falou a respeito do projeto de

lei que deu entrada nesta casa que trata de loteamento no município, e externou o problema que estão vivendo no bairro Magalhães que é o loteamento da volta da gameleira. Sabe-se que esse loteamento foi feito por um cidadão não rio-vermelhense que repartiu a área e passou a vender sem liberar documentação adequada para aqueles que fizeram a compra de determinada área. No Art. 3° do projeto do loteamento diz que uma área de 1.88,59 m^2 seria destinada ao poder público como área institucional, e não há nenhuma área registrada destinada ao município como diz esse Artigo. É de conhecimento que houve um embargo da justiça nesse loteamento e hoje as pessoas estão fechando as áreas e diminuindo a via pública, sendo que não tem documentação, estão mexendo em uma área que hoje está no nome da Creche Bem Estar do Menor. É certo que ninguém pode mexer na volta da gameleira e quem passar por lá verá que todas as áreas estão sendo fechadas em lotes, e a área de 1.88,59 m^2 da prefeitura não existe. Por conta disso disse que conta com o apoio dos colegas vereadores para que possam fiscalizar a volta da gameleira diante da má conduta desse cidadão que vendeu esses lotes para as pessoas e não deu documentação nenhuma e nem reservou a área do município. Hoje receberam mais um projeto de loteamento, que no projeto de lei segue uma narrativa tranquila e bonita em seus artigos,

inclusive parabenizou aqueles que estão empreendendo em Rio Vermelho para fazer uma cidade melhor, mas alertou aos colegas que o prazo que vem nesses projetos de lei para pavimentação, rede de esgoto e energia que é de responsabilidade do proprietário que esta loteando, mas quando dá um prazo muito longo o projeto pode sofrer caducidade e pode ser anulado. Então 3 anos para colocar luz, rede de esgoto e pavimentar é muito tempo. Aos cidadãos quando forem comprar um lote primeiramente devem saber se foi votado pela Câmara Municipal e está registrado em cartório. Disse não ter nada contra o loteamento, só reiterou aos colegas para que fiquem atentos a esse prazo, 3 anos é muito tempo para pavimentar e quem compra lote não vai esperar esse tempo para calçar sua rua e se o projeto caducar a prefeitura terá que arcar. Com a palavra o vereador Dilton Antônio Simão convidou toda população para prestigiar os atletas de Rio Vermelho no evento promovido pela Secretaria Municipal de Esportes, no ginásio poliesportivo. Neste sábado ou no próximo vai acontecer o evento regional de futsal no ginásio a partir das 08h30min com crianças do município e também de cidades vizinhas. Falou sobre a vinda do Sr. Guilherme Nunes para falar um pouco sobre uma das questões da saúde que é a solicitação da criação da casa de hospedagem. Disse que tiveram uma

conversa há aproximadamente um mês onde discutiram sobre esta questão, na qual ele tinha dito ao Sr. Guilherme que em algum momento poderia estar vindo aqui e que o convite feito a Secretaria Municipal de Saúde através de ofício de certa forma seria justamente para o secretário municipal de saúde e a ele enquanto conselheiro da saúde para que pudessem vir conversar com eles sobre a possibilidade ou não possibilidade de uma forma mais formal. Com a palavra o vereador Daniel Francisco de Souza deixou recado para as comunidades de Grota da Serra, Cocais de Baixo e Cocais de Cima que ele esteve conversando com o prefeito Marcus Vinicius e Secretário Municipal de Obras Agnaldo Coelho sobre o cascalhamento que ele deseja fazer nessas comunidades. Já cascalhou vários lugares, porém o município é muito grande, então pediu desculpas e disse que em breve estará fazendo esses cascalhamentos. Com a palavra o vereador Claudomiro Alves da Silva desejou felicitações de aniversário ao Sr. Leandro Luiz que faz a transmissão das reuniões da Câmara via rádio. Disse que na última reunião falou sobre os cascalhamentos que tinham sido feitos na região da Serra do Gavião e naquele momento esqueceu-se de agradecer ao Senhor Neném Carvalhais e seu filho que foram as pessoas que concederam o cascalho. Disse que muitas vezes as pessoas cobram deles cascalhamento, mas

hoje está difícil encontrar uma cascalheira e como eles sempre concederam o cascalho não poderia deixar de agradecê-los. Muitas vezes até tem a cascalheira, mas nem todos tem essa boa vontade, como acontece na fazenda da CENIBRA que tem na região, porém eles não cedem de forma alguma. Com a palavra a vereadora Maria Aparecida Alves da Silva falou a respeito do chamamento da Secretaria Municipal de Educação que dessa vez não tem bibliotecário e nem assistente social para fazer parte do quadro de funcionários. A seu ver devem cuidar dos problemas na área primaria e é necessário tanto assistente social quanto psicólogo nas escolas. Disse que está com a planilha dos problemas que tem dentro da área escolar como evasão, bullying, gravidez da adolescência entre outras situações. A necessidade da assistente social e psicólogo nas escolas que é uma lei de 2013 e foi instituída em Rio Vermelho é algo que vem pedindo e poderia estar evitando varias situações, entretanto mais uma vez não foi colocado assistente social e bibliotecário no processo seletivo que é algo de muita necessidade. Com a palavra o vereador Marcone Aparecido Ferreira dos Santos falou sobre as comunidades do Brejinho e Bragança, que inclusive tem corrido atrás de um mata burro há bastante tempo na comunidade de Bragança, e conversando com o prefeito municipal ele disse que iria mandar a madeira

provavelmente essa semana. A respeito do cascalho disse que infelizmente ficaram alguns pontos sem cascalhar e não sabe se vai conseguir resolver isso ainda esse ano por conta do período das chuvas. Disse que é complicado porque é muita gente para atender e a verba é pouca, às vezes faz em uma região e falta na outra, mas na medida do possível estão tentando resolver os problemas mesmo que devagar. No presente momento foi passada a Tribuna Livre conforme requerido pelo senhor Guilherme Nunes Santos, para tratar de assunto referente á solicitação da criação de casa de hospedagem para pacientes TFD. Ele falou que a algum tempo os vereadores Dilton Antônio Simão e Maria Aparecida Alves da Silva estiveram em uma reunião do conselho municipal de saúde levando essa demanda e apontando demais necessidades que tinham observado na época. Na última reunião de acordo com a ata 188 foi solicitado que fosse apresentado a Secretaria Municipal de Saúde um projeto de como seria o funcionamento dessa casa, um projeto que contemplasse quais seriam os serviços ofertados, os gastos com isso e de onde viria essa verba entre outras informações. Explicou que a criação da casa de hospedagem não compete ao conselho municipal de saúde, o acordo foi que fosse apresentado pelo secretário municipal de saúde esse projeto e juntamente com o prefeito analisariam a viabilidade e caso fosse

viável apresentassem ao conselho municipal de saúde que daria o seu parecer. A vereadora Maria Aparecida Alves da Silva colocou que ela e o vereador Dilton Antônio Simão conversaram com o senhor Alírio Tiburcio da Silva (presidente do sindicato) onde ele colocou o sindicato a disposição porque lá já tem os quartos e a única solicitação feita por ele foi que tivesse alguém responsável por receber as pessoas. Agora ela não sabe como está a situação, pois já se passaram aproximadamente dois anos. O senhor Guilherme disse que discutiram sobre isso e chegou ao conselho que o espaço seria disponibilizado sem aluguel, e o que foi colocado pelo secretário foi que se fosse fazer teria que ser estudado para ser um trabalho bem feito para não dar margem para criticas ou contestações, o que foi passado foi que a prefeitura por meio da secretaria municipal de saúde teria pouco gasto com isso. Disse que o conselho está aberto a eles, mas não é papel do conselho pressionar a prefeitura ou secretaria. Neste instante a palavra foi cedida ao Secretário Municipal de Fazenda Thiago Samuel Almeida. O Secretário Thiago disse que veio em resposta ao ofício da vereadora Maria Aparecida sobre uma situação que aconteceu no setor de tributos que não validou uma guia paga por ela, eles verificaram e o pagamento foi efetuado na data, porém não foi vinculada a guia que ela havia pagado. Reforçou que toda vez que forem

pagar um tributo o ideal é que o comprovante seja guardado por 5 anos porque segundo o órgão tributário nacional a prefeitura pode solicitar cobranças nesse período. O vereador Jairo Claudino pediu para que o secretário explicasse para a população referente a que são esses pagamentos, o prazo e valor dessa dívida e a que ela corresponde. Foi informado pelo secretário que segundo o relatório é o parcelamento de uma dívida de um imóvel que foi alugado em gestões anteriores e foi identificada uma dívida no valor de R$24.238,64 na quais cinco parcelas já foram pagas e o vencimento desse parcelamento será em 09/05/2027. Foi questionado pelo vereador Jairo Claudino de Souza Câmara quando o acordo foi feito e quanto tempo essa dívida ficou sem ser paga, onde o secretário respondeu que o parcelamento foi feito em meados de maio ou junho e não sabia dizer ao certo o período correto, porque no caso deles qualquer dívida que passe de cinco anos ela caduca e não pode ser cobrada, então só podem ser cobrados os últimos cinco anos. O vereador Jairo Claudino de Souza Câmara explicou que só fez essas perguntas por que qualquer cidadão que tem contrato vigente com o executivo não pode ser candidato a vereador e não pode ser diplomado então se isso ocorreu nesse período houve uma falha que passou despercebida por todos. O presidente José Felipe Martins respondeu que esses são

questionamentos que deveriam ter sido feito antes, que já se passaram três anos e o próprio vereador Jairo Claudino de Souza Câmara foi presidente por dois anos e se ninguém sabia dessa situação infelizmente não podem acusar, porque quando recebem os documentos para assinar ao tomar posse diz que se tiverem vínculo com o executivo ou órgão municipal não é permitido, mas foi algo que passou despercebido e não é mais o momento. O vereador Jairo Claudino de Souza deixou claro que suas perguntas são dentro do conteúdo da lei e não está dizendo que a vereadora Maria Aparecida Alves agiu de má fé. No Presente momento o presidente solicitou ao Secretário da Mesa que realizasse a leitura das matérias inscritas na Ordem do Dia. O Secretário da Mesa informou que consta na Ordem do Dia apresentação dos seguintes Projetos de Lei: Projeto de Lei 022/23; Projeto de Lei 023/23; Projeto de Lei 024/23 e ainda apresentação do 1° e 2° Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior 2023 da Secretaria Municipal de Saúde. O Secretário informou que consta na Ordem do Dia votação em turno único da Emenda Aditiva n° 001 ao Projeto de Lei 018/23. O presidente consultou, portanto os nobres vereadores como votam em relação à emenda aditiva n° 001 que restou aprovada com sete votos favoráveis. O Secretário da Mesa informou que consta na Ordem do Dia votação em segundo turno do Projeto

de Lei 021/23 que restou aprovado com sete votos favoráveis. O Secretário informou que consta na Ordem do Dia votação em primeiro turno do Projeto de Lei 018/23 que foi aprovado em primeiro turno com sete votos favoráveis. Consta na Ordem do Dia votação em primeiro turno do Projeto de Lei 019/23 que foi aprovado em primeiro turno com sete votos favoráveis. Consta na Ordem do Dia votação em primeiro turno do Projeto de Lei 020/23 que foi aprovado em primeiro turno com sete votos favoráveis. No presente momento o presidente questionou os vereadores se havia alguma consideração final a ser feita. Com a palavra o vereador Jairo Claudino de Souza pediu mais uma vez aos nobres colegas atenção sobre o que vem acontecendo na volta da gameleira. Na oportunidade agradeceu a presença do senhor Guilherme Nunes de Oliveira (coordenador IEMP) que com muita educação esclareceu e deu mais informações a respeito disso. Disse que não se trata de perseguir ninguém, se trata de cumprir a lei para que Rio Vermelho tenha espaços em outros loteamentos como estão tendo aqui as áreas destinadas ao município, para que possam tem uma escola e também um posto de saúde. Sobre a apresentação do loteamento Residencial Belvedere parabenizou as pessoas que estão empreendendo em Rio Vermelho e a única coisa que gostaria de pedir aos responsáveis do residencial Belvedere é que seja feito um

acordo para que o prazo de 36 meses para entregar pavimentação e rede de esgoto possa ser reduzido. No mais disse não ter nada contra o projeto e é um projeto que trará certa comodidade para aqueles que ali fizerem sua morada. Lembrou que no dia 14 acontecerá a Olímpiada de Matemática e as avaliações serão aplicadas nas próprias escolas. Com relação a suas ponderações feitas ao secretário municipal de fazenda Thiago, disse a vereadora Maria Aparecida Alves da Silva que esse é um assunto que já cansou a todos e suas interações não partem de forma tupia ou dizer que a vereadora agiu de má fé, o que quis dizer foi para que mostrem transparência tanto da vereadora como do executivo para que esse assunto se encerre. Com a palavra o vereador Dilton Antônio Simão Agradeceu ao senhor Guilherme Nunes de Oliveira por ter vindo, fez a comparação entre o trabalho do conselho municipal de saúde e todos os conselhos que existem, por que ele faz parte de três conselhos e observa que todos os conselhos são consultivos e deliberativos, e todo conselho depende também de alguém para que algo possa ser executado. No caso do senhor que Guilherme Nunes de Oliveira, quando ele colocou a situação que é um desejo da comunidade, naquela época foi feito um estudo, foi conversado com o executivo também e inclusive o codinome Casa de Hospedagem foi sugestão do prefeito. Disse que eles

como vereadores têm um papel importante porque eles ouvem a comunidade, tem o papel de fazer essa relação entre comunidade, executivo e legislativo. Além de aprovar ou reprovar e fiscalizar, ele tem o papel de levar os anseios da comunidade, onde esse era e ainda é um dos anseios da comunidade. Foi conversado sobre se fazer um estudo mais detalhado sobre essa questão, porém de certa forma esse estudo também precisa partir diretamente da Secretaria Municipal de Saúde porque lá tem todas as informações. Precisa de uma regulamentação para que não vire bagunça, e por isso o papel dos vereadores, caso chegue aqui algum convênio nesse sentido eles podem analisar e ver a viabilidade. Disse que gostaria que todos pudessem se empenhar nessa questão. Com a palavra a vereadora Maria Aparecida Alves da Silva todos agradeceu ao senhor Thiago por ter vindo, e disse que gostaria de dizer a todos que está pagando uma dívida que não pertence a ela porque o senhor Ildemar Vicente Farias fez um acordo com ela quando ainda era prefeito, e tudo isso consta em uma ata, disse que iria tirar cópias dessa ata e quem tivesse interesse em saber o que consta nela é só procurar no cartório, consta inclusive que no dia 19 de novembro ela foi entregar a chave para o senhor Ildemar Vicente Farias e ele pediu para que ela resolvesse a situação na próxima gestão. Foi alertado que assumindo isso ele

não poderia mais se candidatar, mas mesmo assim ele assumiu e fizeram a declaração em uma ata. Falou que são três anos que tocam na mesma tecla, e sofre com essa pressão mesmo sabendo que está certa e não faltou com caráter, apenas não tinha a experiência que tem hoje que sabe que tudo que faz deve ter um papel e não só palavras. Parabenizou a prefeitura que conseguiu economizar 500.000,00 em 2022 que será utilizado agora e mais uma vez parabenizou aos motoristas que mostraram união, houve um acordo parcial e estão certos. Para todas as pessoas que quiserem maiores esclarecimentos ela disse que é só procurá-la. Declarada por encerrada a reunião, eu, Vereador Dilton Antônio Simão Secretário da Mesa Diretora, lavrei a presente ata, que, depois de lida, se aprovada, segue assinada por todos os vereadores presentes.